



# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE COXIM-MS

Criação: 15/10/2.001

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

{Inciso XXII, art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021<sup>1</sup>}.

DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021  
PROCESSO Nº. 04/2025

DISPENSA Nº. 01/2025

### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei Nº. 14.133/2021)

1.1.1 Contratação de serviços de locação de sistema Informatizado de gestão previdenciária, para atender as necessidades administrativas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Coxim — MS (IMPC)

1.1.2 A contratada deverá dispor de infraestrutura adequada para atender aos requisitos da contratação, devendo os serviços obedecerem ao cronograma estabelecido pela Contratante, no prazo e locais estabelecidos neste termo de referência e demais documentos que integram esse processo.

1.1.3 — São estimados para a presente contratação a quantidade abaixo descrita:

ITEM Nº	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	PREÇO (R\$)			
		UND	QTD	UNITÁRIO	TOTAL
1.	Contratação de serviços de locação de sistema Informatizado de gestão previdenciária, para atender as necessidades administrativas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Coxim — MS (IMPC), nas especificações contidas no anexo I, Termo de Referência.	serviço	12		

### 1.2 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1.2.1 Os serviços são de natureza contínua e eminentemente técnicos, demandando estrutura e acervo intelectual especializado.

1.2.2 A contratada deverá possuir em sua equipe, pessoal qualificado e capacitado para a execução das atividades, mantendo suporte adequado de segundo a sexta-feira em horário comercial.

1.2.3 Para atendimento das necessidades é necessário que a contratada esteja em situação regular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, além de não estar impedida de contratar com a administração pública.

### 1.3 — REQUISITOS DO SISTEMA

1.3.1 Software desenvolvido com tecnologias livres (Open Source), com qualidade e confiabilidade comprovadas, permitindo o acesso de qualquer lugar sem necessidade de qualquer instalação prévia com requisito apenas de acesso à internet, com tráfego compatível ao serviço executado, e acesso a um navegador.

### 1.3.2 PADRONIZAÇÃO E METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO

- Estrutura modular com os módulos integrados;
- Plataforma Cliente/Servidor;
- Desenvolvimento realizado em 3 camadas;
- Estrutura multiplataforma;
- Controle de acesso com login e senha;
- Ambiente multiusuário, com tarefas concorrentes;

<sup>1</sup> Inciso XXIII, art. 6º, Lei 14.133/2021 – Termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:



# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE COXIM-MS

Criação: 15/10/2.001

- g) Configuração de permissões de acesso por usuário;
- h) Sem limites de usuários logados;
- i) Identificação do responsável pelas alterações registrando o código do usuário e data operação;
- j) Sistema SGBD mantendo o controle e integridade do Banco de Dados em quedas de energia e falhas de software/hardware;
- k) Permitir personalizar os relatórios com a identificação do Órgão;
- l) Permitir a parametrização do ambiente;
- m) Permitir acesso a todas as tabelas vinculadas ao produto de acordo com perfil;
- n) Assegurar a comunicação das tabelas, garantindo o reuso da informação cadastrada uma única vez;
- o) Disponibilizar rotinas de importação/exportação de dados;

## 1.3.3 MÓDULOS QUE DEVERÃO SER CONTEMPLADOS PELO SOFTWARE OFERTADO

- a) Sistema de Cálculo Previdenciário
- b) Sistema de Consulta a Óbitos, Casamentos e Nascimentos
- c) Sistema de Emissão da Certidão de Tempo de Contribuição
- d) Sistema Gestão Previdenciária
- e) Sistema de Simulação Previdenciária Sistema de Cadastro e Prova de Vida
- f) APP RPPS DIGITAL — Aplicativo Móvel ao RPPS

## 1.3.4 DETALHAMENTO DOS MÓDULOS

### A) Sistema de Cálculo Previdenciário

Sistema que permitir a inclusão de informações pessoais e funcionais dos segurados ativos: admissão ou nomeação; averbações; histórico de afastamentos; tipos de benefícios; salários de contribuição, a partir de julho de 1994 com objetivo de gerar relatório do cálculo do provento de aposentadoria na forma das regras vigentes.

### B) Sistema de Consulta a Óbitos, Casamentos e Nascimentos

Sistema de acesso às informações do segurado do RPPS junto ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc) com objetivo de verificar os dados dos registros civis de nascimento, casamento, óbito e natimortos, disponibilizando a pesquisa por Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou nome do segurado de forma individual ou em lote, conforme contrato do RPPS com a Dataprev.

### C) Sistema de Emissão da Certidão de Tempo de Contribuição

Gerar documento apto para viabilizar a contagem mútua de tempo de contribuição, disponibilizando-o conforme requerimento do interessado, oferecendo recursos ao solicitante que comprove a concordância quanto ao tempo certificado. A instrução do procedimento de averbação compete ao regime previdenciário de atual vinculação do segurado. Portanto, em regra, a averbação de tempo é uma operação voluntária e de iniciativa do interessado. Além de gerenciar requisições e emissões de Certidões de Tempo de Contribuição (CTC) dentro dos moldes definidos pelo Ministério da Previdência Social, controlando emissões, entregas e segunda via de certidões, além de oferecer ao órgão de destino opção para verificação de autenticidade.

### D) Sistema Gestão Previdenciária

Construir guias destinadas ao recolhimento das contribuições de repasses sociais apresentando os valores e seus acréscimos legais, de receitas patrimoniais, de débitos, de parcelamentos administrativos e judiciais e de outros recolhimentos. Os dados são apurados de acordo com órgão, período de referência e o mês de processamento da guia.



# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE COXIM-MS

Criação: 15/10/2.001

Gerenciar o recebimento das contribuições ao instituto de previdência, incluindo os repasses da folha do ativo, contribuições facultativas de servidores afastados e contribuições de órgãos requisitantes de servidores cedidos, possibilitando a emissão de guias para cobrança, cadastramento de repasses por ordem bancária e convênios de débito automático.

Permitir a preparação e acompanhamento das aplicações e recursos financeiros possibilitando o uso das cotas identificado pelas instituições financeiras, estabelecendo a programação e o cronograma da execução mensal.

## **E) Sistema de Simulação Previdenciária**

Contempla todas as regras de elegibilidade e os valores possíveis, agilizando o processo de concessão e auxiliando o servidor a planejar melhor sua aposentadoria. O módulo deverá permitir parametrização total das regras de concessão de aposentadoria para os segurados.

## **F) Sistema de Cadastro e Prova de Vida**

Permite realizar a atualização cadastral e funcional dos segurados aposentados, dependentes e pensionistas de forma customizada, utilizando foto e plataforma digital. Permite uma seleção de pessoas que serão convocadas para emitir cartas de convocação, relatório de pendências, estatísticas de realização do censo e declaração de comparecimento, entre outros relatórios.

## **G) APP RPPS DIGITAL — Aplicativo Móvel ao RPPS**

Permite ao usuário visualizar informações do RPPS, bem como realizar a prova de vida e emissão do contracheque.

## **1.4 DA INSTALAÇÃO E TREINAMENTO**

A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte para treinamento de todos os servidores indicados pela CONTRATANTE, não havendo número mínimo, durante toda a vigência do contrato.

Também deverá ofertar suporte por meio de telefone, aplicativo de mensagens e outras formas de comunicação, durante dias úteis, das 08 às 17h.

Poderá ser solicitado atendimento presencial conforme a necessidade do ente, sendo que neste caso a CONTRATADA deverá enviar profissional com conhecimento específico para o atendimento requisitado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso imediato após a assinatura do contrato.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO**

A presente contratação é necessária para atender as necessidades administrativas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Coxim — MS (IMPC). A contratação de empresa especializada, na área de locação de Licença de uso de Software web, para implantação do Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social, justifica-se tendo em vista a necessidade de atender às necessidades de gerenciamento e gestão previdenciária, considerando que o município não possui ferramentas na área tecnológica para atender às exigências trazidas pela Secretaria de Previdência Social - SPS e pelo Tribunal de Contas.

A implantação do Sistema Previdenciário ao RPPS eliminará as dificuldades ao promover informações à Secretaria da Previdência Social — SPS, em especial, o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR que demonstra a situação dos repasses dos órgãos municipais ao RPPS e, além de um controle rigoroso para não ocasionar futuros indícios de irregularidades, desta forma promoverá a melhor eficiência ao controle de informações do instituto aos seus segurados.



# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE COXIM-MS

Criação: 15/10/2.001

## 3. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

**3.1** — A empresa a ser contratada deverá atender as condições de habilitação e apresentação de propostas a serem exigidas na Licitação, tais como as condições mínimas de qualificação econômica, fiscal, trabalhista e técnica, tudo nos termos mínimos previstos no Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133/21.

**3.2** — A(s) empresa(s) ou instituição(ões) interessada(s) no fornecimento dos produtos acima relacionados deverá(ão) apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação, para posterior contratação:

- I.- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
- II.- Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempendedor Individual — MEI;
- III.- Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- IV.- Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- V.- Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- VI.- Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- VII.- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- VIII.- Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG);

**3.3** Os documentos elencados no item 3.2 poderão ser consultados pelo agente de contratação, ocasião em que será dispensada a apresentação por parte da licitante vencedora;

**3.4** Serão aceitas as certidões positivas com efeitos de negativa para fins de habilitação;

**3.5** O Contratado deverá manter sua situação regular durante toda a execução do contrato, sendo que, em caso de mudança na situação fiscal, deverá comunicar a Contratante e tomar as providências necessárias para a regularização de sua situação fiscal.

## 4. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**4.1** — MODALIDADE: Dispensa (inciso II, art. 75, Lei 14.133/2021)

**4.2** — CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço (inciso I, art. 33, Lei 14.133/2021).

## 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**5.1** As despesas com a execução do contrato oriundo do presente Termo de Referência serão cobertas pelas dotações vigentes no orçamento de 2025, conforme Dotação a serem dispostas em campo próprio.

## 6. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

**6.1** A execução deverá ser iniciada imediatamente após emissão da ordem de serviço.

**6.1.1** O pagamento deverá observar o recebimento da Nota de Empenho/requisição ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso;

## 7. DA VIGÊNCIA



# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE COXIM-MS

Criação: 15/10/2.001

**7.1.** O contrato/ordem de serviço decorrente do procedimento realizado terá vigência a partir de sua emissão pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 106 e seguintes da Lei 14.133/21.

## 8. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

**8.1** Os serviços/objetos serão recebidos:

a) Provisoriamente, a partir da comprovação da execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes, e sua consequente aceitação, que se dará até 02 (Dois) dias do recebimento provisório;

**8.1.1** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

**8.2** O recebimento, caso seja necessário, será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**9.1** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação de empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

**9.2** Apresentar os funcionários responsáveis pelos serviços, devidamente identificados, portando crachá de identificação com foto e demais dados pessoais;

**9.3** Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, por exigência que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar em até 12h (doze) horas após solicitado;

**9.4** Fornecer a Contratante a relação atualizada dos funcionários credenciados que executarão os serviços, contendo, nome e número da carteira de identidade dos mesmos e instruindo-os, quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

**9.5** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.6** Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio da Contratante, a servidores desta ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo-se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

**9.7** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não se transfere à responsabilidade da Administração, fornecendo para tanto, sempre quando solicitado pela Contratante, os respectivos comprovantes de inexistência de débitos relativos às contribuições sociais, mediante documento fornecido pelos órgãos competentes, conforme dispões o artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.212/91;

**9.8** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cumprindo



# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE COXIM-MS

Criação: 15/10/2.001

o objeto deste contrato de acordo com as especificações e demais condições previstas no Edital;

**9.9** Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, devendo, portanto, prestar os devidos esclarecimentos sempre quando solicitados pela Contratante, de forma à atender de imediato as reclamações, e manter acompanhamento permanente da execução dos serviços, providenciando, sempre que necessário, as retificações pertinentes;

**9.10** Instruir seus funcionários à respeito das atividades que serão desempenhadas, alertando-os para que não executem atividades não previstas neste Termo de Referência e não abrangidas pelo Contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante, sempre que houver, toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**9.11** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**9.12** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

**9.13** Arcar com todas as despesas decorrentes realização dos serviços, incluindo as despesas tributárias, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes desta contratação;

**9.14** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência;

**9.15** A contratada deverá disponibilizar, no ato da contratação, um número de telefone móvel (celular) e outro fixo e, ainda, um representante que ficará disponível para receber as ligações da contratante, devendo informar o nome do funcionário e os respectivos números de contatos;

**9.16** A contratada deverá informar, no ato da contratação, um meio eletrônico (e-mail) onde serão encaminhadas as comunicações entre a contratante e contratada durante a execução do contrato e, havendo alteração do meio eletrônico de comunicação, a contratada deverá, previamente, comunicar, por escrito, a contratante responsável para que esta, atualize o cadastro e não ocorra falha na comunicação

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**10.1.** A Contratante obriga-se a:

- I. - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- II. - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do servidor especialmente designado, que anotarà em registro próprio todas as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- III. - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos, sob pena de rejeição total ou parcial dos serviços em desacordo com o contrato;
- IV. - Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto específico, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, bem como efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da respectiva Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;
- V. - Atender as solicitações da Contratada necessárias ao fiel andamento dos serviços, para que possa desempenhar seus serviços dentro das normalidades do contrato, assegurando-lhe o livre acesso, quando necessário, sob pena de responsabilizar-se pelo atraso dos



# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE COXIM-MS

Criação: 15/10/2.001

serviços, quando, comprovadamente motivado por falta de informações, documentos e/ou pessoal de sua responsabilidade.

## 11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

**11.1.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 12. DO PAGAMENTO

**12.1** Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade da CONTRATADA obedecida as seguintes condições:

- a. OS PAGAMENTOS SERÃO REALIZADOS CONTRA-APRESENTAÇÃO: Os pagamentos serão efetuados 15 (QUINZE) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento do IMPC.
- b. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá 05 (cinco) dias após a data de sua apresentação válida.

**12.2** A CONTRATADA deverá apresentar ao setor competente da CONTRATANTE, por ocasião dos pagamentos, cópia dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de débito para com a Fazenda Federal (certidão conjunta);
- b) Certificado de regularidade de situação com o FGTS;
- c) Certidão Negativa Municipal;
- d) Certidão Negativa Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**12.3** A CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA.

**12.4** Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

- a) Incoerência no fornecimento do objeto deste Contrato, de responsabilidade da CONTRATADA;
- b) Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Contrato;
- c) Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

## 13. RECEBIMENTOS DA NOTA DE EMPENHO

**13.1** A recusa injustificada da vencedora em assinar o contrato/ordem de serviço/fornecimento, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, facultado à Administração chamar os remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, devendo a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente, ou revogar esta licitação.

**13.2** Na emissão da nota de empenho os documentos comprobatórios de situação regular fiscal e trabalhista, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada, a empresa deverá providenciar a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

**13.3** O fornecedor deverá manter, durante toda a vigência do ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE COXIM-MS

Criação: 15/10/2.001

## 14. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

**14.1** Poderão ser celebrados contratos, discricionariamente, pelo Instituto de Orizona de acordo com as condições previstas na ata de registro de preço.

**14.2** O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato ou anuir a ordem de serviço/fornecimento. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Pregoeiro/Agente de Contratação e sua equipe.

**14.3** A recusa injustificada do concorrente PROPONENTE VENCEDOR em assinar o contrato/ordem dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses para participar de licitações realizadas pela CONTRATANTE bem como aplicação de multa de 10 % (dez por cento) do valor a ser contratado.

**14.3.1** O recolhimento da multa referida no item anterior será feito, por meio de guia própria emitida pela Contratante, e para pagamento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua emissão.

**14.3.1.1** O não pagamento do título levará a inscrição do mesmo no Cadastro de Dívidas Ativas do município, tornando-se título executivo para as medidas judiciais cabíveis.

**14.3.2** Caso não ocorra o pagamento da multa a penalidade será atenuada para que seja realizada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes não sendo inferior aos 24 (vinte e quatro) estabelecidos no item 3.

**14.4** A assinatura do contrato/ordem estará condicionada à comprovação da regularidade e validade da documentação apresentada pelo PROPONENTE VENCEDOR, na data da assinatura.

**14.5** As comunicações entre A CONTRATANTE e o interessado serão realizadas através do e-mail apresentado na Declaração de Pleno Atendimento e na proposta, sendo que considerar-se-ão recebidas todas as notificações encaminhadas por este meio.

## 15. CONTROLE DA EXECUÇÃO

**15.1** A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Contratada, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, e de tudo dará ciência à Contratada;

**15.1.1** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução;

**15.2** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

**15.3** O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 16. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO



# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE COXIM-MS

Criação: 15/10/2.001

**16.1** No interesse da Contratada o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até os limites previstos no art. 125 da Lei 14.133/21.

**16.2** A vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária.

**16.3** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta.

## 17. SANÇÕES

**17.1.** As sanções aplicáveis serão as previstas nos artigos 155 e seguintes da Lei 14.133/21, respeitados a ampla defesa e contraditório.

## 18. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “F” da Lei nº 14.133/21)

**18.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**18.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**18.3** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput), sendo designado via portaria.

**18.4** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**18.5** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**18.6** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

**18.7** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**18.8** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**18.9** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**18.10** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

**18.11** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**18.12** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**18.13** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**18.14** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do



# **INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE COXIM-MS**

Criação: 15/10/2.001

plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**18.15** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

## **19. DA AUTORIZAÇÃO**

**19.1** Com fundamento no art. 52, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, aprovo o presente Termo de Referência e autorizo o encaminhamento para abertura do processo licitatório.

Coxim — MS, 06 de maio de 2025

**GIANI MARCIO SCHOLZ**  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**VERGILIO GABRIEL DE ARAGÃO SILVA**  
DIRETOR PRESIDENTE (I.M.P.C)